

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.531 - SP (2015/0238840-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : MUNICIPIO DE BAURU  
**PROCURADOR** : ALEXANDRE LUIZ FANTIN CARREIRA E OUTRO(S) - SP125320  
**RECORRIDO** : GUY ALBERTO RETZ - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : PAULO ROBERTO RETZ - INVENTARIANTE  
**RECORRIDO** : ANDRE LUCIANO RETZ  
**RECORRIDO** : MARILENA PRADO RETZ  
**RECORRIDO** : CELIA MARIA RETZ GODOY DOS SANTOS  
**RECORRIDO** : MARDEN GODOY DOS SANTOS  
**RECORRIDO** : CLAUDIA MARIA RETZ TOLEDO VEIGA  
**RECORRIDO** : MARIA YVONNE RETZ  
**RECORRIDO** : JAIR TOLEDO VEIGA FILHO  
**RECORRIDO** : LUCIANA MARIA RETZ  
**RECORRIDO** : SERGIO VILELA PINTO  
**RECORRIDO** : LEILA MARTINS IATAURO RETZ  
**RECORRIDO** : BEATRIZ MARIA RETZ  
**ADVOGADO** : LUIS GUILHERME SOARES DE LARA E OUTRO(S) - SP157981

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Bauru, com amparo no art. 105, III, alínea "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 97):

#### **DESAPROPRIAÇÃO**

Nova perícia. Cabe ao expropriante, em nome do princípio da justa e prévia indenização, arcar com os honorários periciais ainda que requerida a nova perícia pelo expropriado.

**Recurso não provido.**

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fl. 114).

O recorrente alega a existência de violação dos arts. 19 e 33 do Código de Processo Civil de 1973.

Sustenta que a produção de nova perícia foi requerida pelos expropriados, portanto cabe a eles a responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas.

É o relatório.

O recurso merece prosperar.

A decisão combatida entende que, para os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade, ou interesse social, consagra-se o princípio da justa e prévia indenização (art. 5º, XXIV, da CF).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça, há muito, firmou entendimento de que compete ao requerente da prova ou ao autor, quando ambas as partes a requererem, o ônus de adiantamento dos honorários periciais, nos termos dos arts. 19 e 33 do CPC/1973, a seguir transcritos:

Art. 19. Salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizam ou requerem no processo, antecipando-lhes o pagamento desde o início até sentença final; e bem ainda, na execução, até a plena satisfação do direito declarado pela sentença.

Art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.

Nos autos, foram os expropriados que requereram a realização da prova, sendo assim, cabe a eles este ônus, e não ao referido Município.

Portanto, a decisão recorrida está em discordância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, atraindo, à espécie, o enunciado da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADIANTAMENTO. ÔNUS DO REQUERENTE OU DO AUTOR.

1. Mesmo na ação de desapropriação indireta, o ônus do adiantamento dos honorários periciais compete a quem requereu a prova ou ao autor, no caso de requerimento de ambas as partes.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.363.653/SC, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 26/2/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADIANTAMENTO. ÔNUS DO REQUERENTE.

1. De acordo com o disposto nos arts. 19 e 33 do CPC, cabe à parte que requereu a produção de prova pericial o ônus de adiantar os honorários periciais, ou ao autor, quando requerida por ambas as partes ou determinada de ofício pelo juiz. Esses dispositivos são aplicáveis à Ação de Indenização por Desapropriação Indireta, que é regida pelo procedimento comum. Precedentes do STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.478.715/AM, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 26/11/2014)

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADIANTAMENTO. ÔNUS DO REQUERENTE.

1. Conforme prevêem os arts. 19 e 33 do CPC, cabe à parte que requereu a prova pericial o ônus de adiantar os honorários periciais, legislação plenamente aplicável à ação de indenização por desapropriação indireta, regida pelo procedimento comum.

Precedentes do STJ.

2. Recurso especial provido.

(REsp 1.343.375/BA, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2013, DJe 17/9/2013)

PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ADIANTAMENTO. ÔNUS DOS REQUERENTES. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ATO INCOMPATÍVEL COM O DIREITO DE RECORRER.

[...]

3. Conforme preveem os arts. 19 e 33 do CPC, cabe à parte que requereu a prova pericial o ônus de adiantar os honorários periciais. Esses dispositivos são aplicáveis à ação de indenização por desapropriação indireta, que é regida pelo procedimento comum. Precedentes do STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.165.346/MT, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 27/10/2010)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para imputar à parte expropriada a responsabilidade pelo adiantamento dos honorários periciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator